



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

105
160

SEXTA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº 201052-2

APELANTE: COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO - CELPE

APELADA: JOSELMA MARIA FLORÊNCIO SANTIAGO

RELATOR: Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

Camara
5415

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL – APELAÇÃO CÍVEL – INDENIZAÇÃO – AÇÃO DECLARATÓRIA DE COBRANÇA INDEVIDA COM PEDIDIO LIMINAR – REGISTRO INDEVIDO EM ÓRGÃO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO – PROCEDÊNCIA DO PEDIDO – MANUTENÇÃO PARCIAL DO *DECISUM* – CADASTRO DE CONTRATO DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA – AFIRMAÇÃO DA APELADA DE NUNCA HAVER CONTRATADO COM A CELPE – NEGATIVAÇÃO DO NOME DA APELADA – ILEGALIDADE NA COBRANÇA EFETUADA E NA INSCRIÇÃO NO SPC E SERASA – DANO MORAL CONFIGURADO – OBRIGAÇÃO DE REPARAR – CONDENAÇÃO FIXADA EM R\$ 10.000,00 – REDUÇÃO DO *QUANTUM* INDENIZATÓRIO – DESCABIMENTO – OBSERVADO PRINCÍPIO DARAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE – FIXADOS, NESTA INSTÂNCIA, OS JUROS DE MORA NO PERCENTUAL DE 1% AO MÊS, A CONTAR DO EVENTO DANOSO (SÚMULA 54 DO STJ) E CORREÇÃO MONETÁRIA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

106
2
161

ATUALIZADA PELA TABELA DO ENCOGE A PARTIR
DA SENTENÇA – POR UNANIMIDADE DE VOTOS,
DEU-SE PROVIMENTO PARCIAL AO APELO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos da apelação cível nº 201052-2, em que são partes as acima nominadas, ACORDAM os Desembargadores componentes da Sexta Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, em dar provimento parcial ao apelo, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante deste julgado.

Julgamento realizado em 18.05.2010.

Recife, 18 de Maio de 2010,


Des. Eduardo Augusto Paurá Peres
Relator e Presidente





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

98
Jh

162

SEXTA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº 201052-2

APELANTE: COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO - CELPE

APELADA: JOSELMA MARIA FLORÊNCIO SANTIAGO

RELATOR: Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

RELATÓRIO:

Trata-se de recurso de apelação interposto pela COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE contra sentença prolatada pelo Juízo de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Caruaru, que julgou procedente o pedido formulado nos autos de uma ação declaratória de cobrança indevida com pedido de liminar e indenização por danos morais.

Adoto inicialmente o relatório da sentença de fls. 59/60. Acrescento que o juiz condenou a empresa demandada ao pagamento de indenização por danos morais no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), devidamente corrigido monetariamente e com juros moratórios de 0,5% (meio por cento) ao mês, devidos a partir da citação, até a sua efetiva satisfação, bem ainda ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios fixados no percentual de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação.

Apela a suplicante, fls. 62/71, alegando, em síntese, que não houve prática de ilícito contratual; que agiu no exercício regular de um direito; que



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

inexiste o dever de indenizar, haja vista o devedor ter vários registros em cadastro de proteção ao crédito.

Alternativamente à pretensão de reconhecimento da inexistência de dano moral indenizável na espécie, insurge-se contra o montante fixado para a indenização, que supõe excessivo.

Por fim, requer a reforma total da sentença e, em assim não entendendo esta Câmara, a redução do *quantum* indenizatório.

Nas contra-razões, fls. 75/77, a apelada rechaça as razões do recurso e pugna pelo desprovimento do mesmo.

É o relatório.

À revisão.

Recife, 23 de janeiro de 2010.


Des. Eduardo Augusto Paurá Peres
Relator

99
CH
163



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

157
✓
164

SEXTA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº 201052-2

APELANTE: COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO - CELPE

APELADA: JOSELMA MARIA FLORÊNCIO SANTIAGO

RELATOR: **Des. Eduardo Augusto Paurá Peres**

VOTO

Srs. Desembargadores,

Sr. (a) Procurador (a) de Justiça:

Conforme já relatado, cuida-se de apelação cível interposta em face da sentença que condenou a concessionária de serviço público – COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO (CELPE) -, ao pagamento da verba indenizatória, a título de danos morais, em razão de cobrança indevida e conseqüente inscrição em cadastro de inadimplentes.

No caso dos autos a autora/apelada ingressou com uma ação declaratória de cobrança indevida com pedido liminar e indenização por danos morais, aduzindo que teve seu nome inscrito indevidamente nos cadastros de restrição de crédito em função de uma suposta dívida junto à CELPE.

Inicia sua peça atriial relatando que a apelante cadastrou um contrato de fornecimento de energia em nome da apelada, de um imóvel situado na Rua Dom Geraldo Magela, 27 – bairro Jardim Jordão – Jaboatão dos Guararapes/PE. Acrescenta a autora que nunca assinou qualquer contrato, que



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

108
165

jamais residiu no endereço mencionado, nem tampouco tem nenhum parente ou familiar residindo naquele imóvel. A autora/recorrida reside na cidade de Caruaru/PE.

Assevera que ao pedir explicações à referida Concessionária, esta lhe informou que o imóvel não tinha sido localizado, e só poderia se pronunciar sobre o caso depois de encontrado o imóvel. Decorridos um ano, a autora/recorrida procurou novamente a CELPE, a qual afirmou que ainda não tinha conseguido localizar o imóvel.

Nesse ínterim a ré/apelante negatizou o nome da apelada junto aos serviços de proteção ao crédito, no caso, SPC e SERASA, pelo débito das faturas de energia relativas ao período compreendido entre dez/2005 a junho/2008.

Inconformada com a sentença, a empresa ré, interpôs o presente recurso, apresentando as mesmas razões da contestação, qual seja a inexistência do dever de indenizar tendo em vista a recorrida ter vários registros em cadastro de proteção ao crédito; e que não há nenhuma ilicitude no procedimento de cobrança e negativação do nome da apelada. E que o fato de a situação de inadimplência da autora lhe autoriza a utilizar de todos os meios para cobrar a dívida apontada. Requereu a reforma do julgado ou a redução da indenização arbitrada.

Como se pode depreender trata-se de uma relação de consumo, amplamente amparada pela legislação, doutrina e jurisprudência, onde mais uma vez o cidadão se depara com as arbitrariedades da empresa, no caso de fornecimento de energia elétrica, uma das campeãs de queixas nos órgãos de proteção ao consumidor, que, passível de erros não os admite, levando o



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

109
2
166

consumidor a situações de atendimento demorado e constrangimento em ver seu crédito abalado.

Não há como acolher a alegação da empresa apelante de inexistência de ato ilícito, pois, constatadamente este ocorreu, e conseqüentemente, o dano.

Assim vejamos: A autora afirma que não reside e jamais morou no endereço onde a CELPE alega o fornecimento de energia, tão pouco nunca assinou contrato nesse sentido. Informou que apesar de procurar a apelante por várias vezes, inclusive com registro de reclamação, conforme protocolo à fl. 13, a resposta que obteve da CELPE foi a de que estava "tentando" localizar o referido imóvel para poder se pronunciar. No entanto, negativamente junto ao SPC e SERASA o nome da autora/recorrida, exatamente pelo não pagamento de faturas de energia elétrica que a mesma não consumiu, advindas de um contrato que jamais assinou, e por serviços que não utilizou.

Ao não receber o pagamento das contas de energia elétrica, repito, a empresa inclui o nome da autora no SPC e SERASA, e o que é pior, sem a devida comunicação, pois até o endereço apresentado no suposto contrato não é o mesmo da autora, que mora na cidade de Caruaru/PE.

Sendo assim, cabe à demandada/recorrente suportar as suas falhas operacionais e os riscos da atividade lucrativa, ainda mais quando flagrantemente atua de forma negligente, cabendo, por conseguinte, indenizar moralmente a apelada, vez que restou configurado o ato ilícito.

De fato, a concessionária praticou um ato ilícito na medida em que incluiu o nome da apelada nos cadastros de proteção ao crédito, mesmo



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

110
✓
167

sabendo que a consumerista não havia firmado nenhum contrato e, consequentemente, nada devia. Tal conduta, sem dúvida alguma, causou constrangimento na recorrida.

No tocante à alegada falta de comprovação do dano moral sofrido, não obstante a prova documental apresentada com a inicial, restou consolidado na jurisprudência a desnecessidade de comprovar o dano moral sofrido, bastando a comprovação do ato irregular cometido e o nexo de causalidade, o que no caso presente encontra-se sobejamente demonstrado. Referido ilícito produziu perturbação no íntimo da autora/apelada ao ponto de intentar uma peleja jurídica para ver garantido os seus direitos.

Nesse sentido: *"A jurisprudência desta Corte está consolidada no sentido de que na concepção moderna da reparação do dano moral prevalece a orientação de que a responsabilização do agente se opera por força do simples fato da violação, de modo a tornar-se desnecessária a prova do prejuízo em concreto."* (STJ – 4ª T, Resp. 196.024-MG, rel. Min. Asfor Rocha).

Toda a fundamentação da r. sentença está em sintonia com as provas apresentadas em juízo, portanto, correto o juiz monocrático quando reconheceu a ilicitude do ato que causou prejuízo à parte ora apelada.

No que se refere ao valor da indenização, segundo a observância da jurisprudência quanto a matéria, o STJ vem pacificando o entendimento que para causas deste jaez, protesto e negatificação do nome, o *quantum* indenizatório deve ser fixado em torno de 50 (cinquenta salários mínimos). Portanto, entendo que o valor da indenização fixado em R\$ 10.000,00 (dez mil reais), obedece aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

111
168

Verifico, outrossim, que a sentença deva ser reformada na parte relativa aos juros, os quais foram fixados no percentual de 0,5% (meio por cento) ao mês, a partir da citação, levando em consideração que a 'ação foi proposta no ano de 2009, sob a vigência do novo Código Civil, o qual determina que tais juros devem ser de 1% (um por cento) ao mês. E, quanto ao início de sua incidência, a Súmula 54 do STJ determina que, em casos que tais, é a partir do evento danoso.

Ante o exposto, voto no sentido de dar provimento parcial ao apelo para fixar os juros no percentual de 1% (um por cento) ao mês – CC/2002, a contar do evento danoso (Súmula 54 do STJ), além de correção monetária atualizada pela tabela do ENCOGE, a partir da data da sentença, mantendo-se inalterado os demais termos da decisão atacada.

É como voto.

Recife, 18 de Maio de 2010 ..


Des. **Eduardo Augusto Paurá Peres**
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Fernando Martins

112
4
169

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0201052-2
APELANTE: COMPANHIA ENERGÉTICA DE
PERNAMBUCO - CELPE
APELADA: JOSELMA MARIA FLORÊNCIO SANTIAGO
REVISÃO: DES. FERNANDO MARTINS
SEXTA CÂMARA CÍVEL

VOTO DE REVISÃO

Voto no sentido de dar provimento parcial ao apelo interposto, nos termos do voto do Relator.


DES. FERNANDO MARTINS
REVISOR

113
✓
170

SEXTA CÂMARA CÍVEL
APELAÇÃO CÍVEL Nº 201052-2
APELANTE: COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO - CELPE
APELADA: JOSELMA MARIA FLORÊNCIO SANTIAGO
RELATOR: Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

VOTO

Srs. Desembargadores,
Sr. (a) Procurador (a) de Justiça:

Conforme já relatado, cuida-se de apelação cível interposta em face da sentença que condenou a concessionária de serviço público – COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO (CELPE) -, ao pagamento da verba indenizatória, a título de danos morais, em razão de cobrança indevida e conseqüente inscrição em cadastro de inadimplentes.

No caso dos autos a autora/apelada ingressou com uma ação declaratória de cobrança indevida com pedido liminar e indenização por danos morais, aduzindo que teve seu nome inscrito indevidamente nos cadastros de restrição de crédito em função de uma suposta dívida junto à CELPE.

Inicia sua peça a trial relatando que a apelante cadastrou um contrato de fornecimento de energia em nome da apelada, de um imóvel situado na Rua Dom Geraldo Magela, 27 – bairro Jardim Jordão – Jaboatão dos Guararapes/PE. Acrescenta a autora que nunca assinou qualquer contrato, que jamais residiu no endereço mencionado, nem tampouco tem nenhum parente ou familiar residindo naquele imóvel. A autora/recorrida reside na cidade de Caruaru/PE.

Assevera que ao pedir explicações à referida Concessionária, esta lhe informou que o imóvel não tinha sido localizado, e só poderia se pronunciar sobre o caso depois de encontrado o imóvel. Decorridos um ano, a autora/recorrida procurou novamente a CELPE, a qual afirmou que ainda não tinha conseguido localizar o imóvel.

171
114

Nesse íterim a ré/apelante negatizou o nome da apelada junto aos serviços de proteção ao crédito, no caso, SPC e SERASA, pelo débito das faturas de energia relativas ao período compreendido entre dez/2005 a junho/2008.

Inconformada com a sentença, a empresa ré, interpôs o presente recurso, apresentando as mesmas razões da contestação, qual seja a inexistência do dever de indenizar tendo em vista a recorrida ter vários registros em cadastro de proteção ao crédito; e que não há nenhuma ilicitude no procedimento de cobrança e negativação do nome da apelada. E que o fato de a situação de inadimplência da autora lhe autoriza a utilizar de todos os meios para cobrar a dívida apontada. Requereu a reforma do julgado ou a redução da indenização arbitrada.

Como se pode depreender trata-se de uma relação de consumo, amplamente amparada pela legislação, doutrina e jurisprudência, onde mais uma vez o cidadão se depara com as arbitrariedades da empresa, no caso de fornecimento de energia elétrica, uma das campeãs de queixas nos órgãos de proteção ao consumidor, que, passível de erros não os admite, levando o consumidor a situações de atendimento demorado e constrangimento em ver seu crédito abalado.

Não há como acolher a alegação da empresa apelante de inexistência de ato ilícito, pois, constataadamente este ocorreu, e conseqüentemente, o dano.

Assim vejamos: A autora afirma que não reside e jamais morou no endereço onde a CELPE alega o fornecimento de energia, tão pouco nunca assinou contrato nesse sentido. Informou que apesar de procurar a apelante por várias vezes, inclusive com registro de reclamação, conforme protocolo à fl. 13, a resposta que obteve da CELPE foi a de que estava "tentando" localizar o referido imóvel para poder se pronunciar. No entanto, negatizou indevidamente junto ao SPC e SERASA o nome da autora/recorrida, exatamente pelo não pagamento de faturas de energia elétrica que a mesma não consumiu, advindas de um contrato que jamais assinou, e por serviços que não utilizou.

172
115
8

Ao não receber o pagamento das contas de energia elétrica, repito, a empresa inclui o nome da autora no SPC e SERASA, e o quê é pior, sem a devida comunicação, pois até o endereço apresentado no suposto contrato não é o mesmo da autora, que mora na cidade de Caruaru/PE.

Sendo assim, cabe à demandada/recorrente suportar as suas falhas operacionais e os riscos da atividade lucrativa, ainda mais quando flagrantemente atua de forma negligente, cabendo, por conseguinte, indenizar moralmente a apelada, vez que restou configurado o ato ilícito.

De fato, a concessionária praticou um ato ilícito na medida em que incluiu o nome da apelada nos cadastros de proteção ao crédito, mesmo sabendo que a consumerista não havia firmado nenhum contrato e, conseqüentemente, nada devia. Tal conduta, sem dúvida alguma, causou constrangimento na recorrida.

No tocante à alegada falta de comprovação do dano moral sofrido, não obstante a prova documental apresentada com a inicial, restou consolidado na jurisprudência a desnecessidade de comprovar o dano moral sofrido, bastando a comprovação do ato irregular cometido e o nexo de causalidade, o que no caso presente encontra-se sobejamente demonstrado. Referido ilícito produziu perturbação no íntimo da autora/apelada ao ponto de intentar uma peleja jurídica para ver garantido os seus direitos.

Nesse sentido: *"A jurisprudência desta Corte está consolidada no sentido de que na concepção moderna da reparação do dano moral prevalece a orientação de que a responsabilização do agente se opera por força do simples fato da violação, de modo a tornar-se desnecessária a prova do prejuízo em concreto."* (STJ – 4ª T, Resp. 196.024-MG, rel. Min. Asfor Rocha).

Toda a fundamentação da r. sentença está em sintonia com as provas apresentadas em juízo, portanto, correto o juiz monocrático quando reconheceu a ilicitude do ato que causou prejuízo à parte ora apelada.

No que se refere ao valor da indenização, segundo a observância da jurisprudência quanto a matéria, o STJ vem pacificando o entendimento que para causas deste jaez, protesto e negatificação do nome, o *quantum* indenizatório deve ser fixado em torno de 50 (cinquenta salários

173
116
2

mínimos). Portanto, entendo que o valor da indenização fixado em R\$ 10.000,00 (dez mil reais), obedece aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

Verifico, outrossim, que a sentença deva ser reformada na parte relativa aos juros, os quais foram fixados no percentual de 0,5% (meio por cento) ao mês, a partir da citação, levando em consideração que a ação foi proposta no ano de 2009, sob a vigência do novo Código Civil, o qual determina que tais juros devem ser de 1% (um por cento) ao mês. E, quanto ao início de sua incidência, a Súmula 54 do STJ determina que, em casos que tais, é a partir do evento danoso.

Ante o exposto, voto no sentido de dar provimento parcial ao apelo para fixar os juros no percentual de 1% (um por cento) ao mês – CC/2002, a contar do evento danoso (Súmula 54 do STJ), além de correção monetária atualizada pela tabela do ENCOGE, a partir da data da sentença, mantendo-se inalterado os demais termos da decisão atacada.

É como voto.